



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº03/2026



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ALAGOINHAS/BA
LARGO DA INDEPENDÊNCIA, S/N, SEDE DO SAAE, BAIRRO CENTRO,
CIDADE DE ALAGOINHAS/BA CEP 48000-111
Telefone (75) 98179-2032: licitacoes.saae@alagoinhas.ba.gov.br

Processo Administrativo Nº03/2026

Plataforma: <https://portal.licitanet.com.br>

SESSÃO PÚBLICA NA INTERNET

Entrega das Propostas a partir de 19/02/2026 - Hora: 08h30min (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF).
Data de abertura da sessão pública 05/03/2026 - Hora: 08h30min (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF).
Endereço Eletrônico: <https://portal.licitanet.com.br>
Tempo de disputa: até 10 minutos mais o tempo aleatório.

TIPO DE LICITAÇÃO / FORMA DE EXECUÇÃO

X	Menor Preço		Item		Empreitada Por Preço Unitário
	Maior Oferta		Lote		Empreitada Por Preço Global
		X	Global		Compra Parcelada

OBJETO RESUMO

Contratação de empresa para prestação de serviço de fornecimento de produtos químicos saneantes, fornecimento de equipamentos dosadores e mão de obra específica para manutenção preventiva, corretiva, substituição dos equipamentos e instalados.

contratação de empresa para prestação de serviço de fornecimento de produtos químicos saneantes para utilização nos Sistemas de Tratamento de Água operados pelo SAAE - ALAGOINHAS, buscando a adequação aos parâmetros de potabilidade definidos de acordo com a Portaria 888 de maio de 2021 e compatível com as características da unidade de tratamento da contratante, em consonância com o disposto nas Normas Brasileiras (ABNT). Assim como, fornecimento de equipamentos dosadores para os produtos adquiridos, peças sobressalentes, tecnologias analíticas dos parâmetros relacionados ao tratamento realizado e disponibilização de mão de obra específica para manutenção preventiva, corretiva, substituição dos equipamentos instalados e demais atividades correlatas nos termos da tabela em anexo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR GLOBAL	R\$3.985.546,00
--------------	-----------------

OBS: Conforme o "Documento de formalização de pesquisa de preço" e em conformidade ao parecer técnico emitido pela coordenação de Compras o valor total estimado da presente contratação é de **R\$ 3.985.546,00 (Três milhões novecentos e oitenta e cinco mil quinhentos e quarenta e seis reis)**, apurado na **pesquisa de preços realizada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa nº 65/2021**, refletindo os preços praticados no mercado à época da elaboração deste edital. O **valor estimado originalmente indicado no Termo de**



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

Referência no item 1.5 obteve caráter **preliminar**, sendo posteriormente **revisto e ajustado** com base nos resultados da pesquisa de preços, com o objetivo de assegurar a **aderência aos valores de mercado**, bem como a observância dos princípios do **planejamento, economicidade, eficiência e competitividade**.

PREAMBULO:

1.0-REGÊNCIA LEGAL:

Regida pela Lei nº 14.133/2021 com aplicação subsidiária ao DECRETO MUNICIPAL Nº 6.100/2024.e suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital. Torna-se público, para conhecimento, que o(a) SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ALAGOINHAS/BA (CNPJ:13.644.919/0001-60), através de seu(s) AGENTE DE CONTRATAÇÕES e COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO – PORTARIA 128/2025, ambas sediada(as) Largo da Independência, sn, Sede do SAAE, Bairro Centro, Cidade de Alagoinhas/BA – CEP 48000-111 [licitacoes.saae@alagoinhas.ba.gov.br], realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento pelo **Menor Preço GLOBAL**, em consonância da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei complementar 123/06 e demais legislação aplicável de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, buscando a propostas mais vantajosas para esta Autarquia

2.0-UNIDADE SOLICITANTE / DEMANDANTE / GESTOR FISCAL DE CONTRATO/ AGENTE HOMOLOGADOR

DEMANDANTE	Coordenação de laboratório/ Dir. Técnica
GESTOR CONTRATO	Valeria Figueiredo Lima
FISCAL DE CONTRATO	Adriano Almeida da Silva
AGENTE HOMOLOGADOR	Renavan Sobrinho/ Dir. Geral

3.0-DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

3.1O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica LICITANET no site <https://licitanet.com.br>

3.2 Os trabalhos serão conduzidos por funcionários do SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ALAGOINHAS – BA (SAAE ALAGOINHAS), denominado Agente de Contratação e Comissão de Contratação ambos nomeados através da portaria nº 128/2025 mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “LICITANET” constante da página eletrônica <https://licitanet.com.br>

4.0- RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DO PREGÃO

O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa conforme indicado no preambulo deste edital.

5. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

5.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, que sejam qualificadas, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

5.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à LICITANET no site <https://licitanet.com.br>

5.3. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

5.4. É vedada à participação direta na presente licitação de:

a) Pessoa física;

b) Consórcio de empresas;

c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;

d) Empresa que estiver sob concordata ou falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;

e) Empresa que esteja suspensa de licitar ou contratar no âmbito do Município de Alagoinhas/Bahia e/ou declarada inidônea por qualquer Órgão Público Federal, Estadual ou Municipal, na data da licitação e;

f) Empresa que tiver promovido qualquer tipo de dano ao município, que se comprove com parecer jurídico ou laudo técnico ou mesmo notificação, mesmo que seja mora no prazo.

g) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

h) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

i) Empresa isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador.

j) acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

k) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

L) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público, que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

m) Empresas controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

n) Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

o) Agente público do órgão ou entidade licitante;

p) Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

q) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

r) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

s) O impedimento de que trata a alínea “k” será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

t) A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa que se referem as alíneas “h e i” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

u) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

v) O disposto nas alíneas “h e i” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

w) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei 14.133/2021

x) A vedação de que trata a alínea “o” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5.5. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ao sistema LICITANET no site <https://licitanet.com.br>, até o horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

5.5.1. Todas as ações referente ao certame serão realizados no sistema LICITANET no site <https://licitanet.com.br>, não sendo aceito a utilização de qualquer outro sistema ou meios para cadastro de propostas e documentações.

5.6. O cadastramento do licitante deverá ser requerido junto à LICITANET no site <https://licitanet.com.br>, onde o licitante terá todas as informações para se cadastrar e receber seu Login e senha de acesso, na agência de preferência da LICITANTE.

5.7. Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital e seus anexos, constando preço, marca e modelo (se houver) e em caso de itens específicos mediante solicitação do Agente de Contratação, com a inserção de catálogos do fabricante.

6. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

6.1. O certame será conduzido pelo Agente de Contratação, com o auxílio da Comissão de Contratação e ou equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

a) acompanhar os trabalhos do certame;

b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;

- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance mais vantajoso;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

7. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA

7.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item 5.6, operador devidamente credenciado ao sistema LICITANET no site <https://licitanet.com.br>, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: LICITANET <https://licitanet.com.br>

7.2. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital e em seus Anexos.

7.3. O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

7.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, sob a responsabilidade do seu usuário.

7.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao SAAE Alagoinhas a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico

8. PARTICIPAÇÃO

8.1. A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

8.2. É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa a desclassificação da proposta.

8.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

8.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida junto ao LICITANET no site <https://licitanet.com.br>, com o técnicos da empresa;

8.5 A participação no pregão se dará exclusivamente das empresas que estejam habilitadas e de acordo com as exigências técnicas expressas nos anexos desse edital

9.0 DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. O proponente deverá elaborar a sua **PROPOSTA DE PREÇOS** em consonância com o **MODELO EM ANEXO**, expressando os valores em moeda nacional (reais e centavos), com no máximo 03 (três) casas decimais, ficando esclarecido que não serão admitidas propostas alternativas.

9.1.1. É obrigatório o detalhamento do valor unitário na proposta apresentada, assim como a colocação da **marca / fabricante / fornecedor** que estará sendo ofertada pelo licitante.

9.1.2. A soma dos valores da Proposta Inicial, não poderá ser superior ao(s) valor(es) apresentado(s), serão eliminados do certame, e qualquer distorção no valor unitário apresentado na proposta ofertada, que se encontre fora dos parâmetros aceitáveis

***NOTA 01:** A composição da PROPOSTAS DE PREÇOS além de seguir os modelos EM ANEXO, deverá respeitar a composição máxima quanto ao valor unitário de cada item, tomando este como valor limite aceito para cada um dos produtos ofertados*

9.1.3. **Existindo questionamento**, deverá ser encaminhado, devidamente justificado para análise em documento oficial do licitante para o portal <https://licitanet.com.br>

9.2. A proponente ao cadastrar sua proposta deverá atentar para o campo previsto para descrever as informações exigidas, verificando as exigências dos Anexo deste **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO 03/2026** – <https://licitanet.com.br>, **DE PROCESSO ADM. 03/2026**, a fim de não ter sua proposta **DECLASSIFICADA** da etapa competitiva de lances.

9.3. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas em anexo (modelo) do edital.

9.3.1. A proponente declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e demais condições exigidas neste edital e em seus Anexos, sujeitando-se às sanções legais na hipótese de declaração falsa.

9.3.2. A declaração pressupõe toda conformidade exigida em atendimento ao Artigo 63 a 70, da Lei nº 14.133/21, que dispõe ser "obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

9.4. Ocorrendo divergência entre o preço por item em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último.

9.5. A proposta apresentada e os lances formulados deverão incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da contratada, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive

ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela contratada das obrigações.

9.6. Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

9.7 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, nem propostas com preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, acrescidos dos respectivos encargos.

9.8. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Edital e de seus ANEXOS ou que consignarem valores incompatíveis aos praticados no mercado ou com preços manifestamente **INEXEQUÍVEIS**, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes e/ou que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

9.9 Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.10. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

9.11. A falsidade de declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

9.12. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico - LICITANET no site <https://licitanet.com.br> na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

10.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.

10.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.7. O lance deverá ser ofertado pelo valor item totalizando o valor Global

10.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital e seus Anexos.

10.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,50 (cinquenta centavos)**

10.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

10.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado podendo ser exemplo: Fechado, Fechado Aberto, Aberto Fechado, Aberto.

10.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico SRP o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.13.1 SRP" refere-se a um pregão eletrônico utilizando o Sistema de Registro de Preços , que é uma modalidade de licitação para registrar formalmente os preços de bens e serviços para futuras contratações, Em vez de contratar imediatamente, a licitação forma uma [Ata de Registro de Preços](#), que pode ser utilizada por diversos órgãos, gerando economia de escala e administrativa, e permitindo a aquisição conforme a necessidade ao longo do tempo.

10.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela comissão de contratação e ou equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.13.6. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

10.14 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de dez minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até cinco minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.14.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.14.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

10.14.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.14.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

10.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no site eletrônico utilizado para divulgação.

10.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.22.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.22.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

10.22.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.22.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.22.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de município, no território do Estado em que este se localiza;

10.22.2.2. Empresas brasileiras;

10.22.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País; 10.23. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2011.

10.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.25. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.26. O Agente de Contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e em seus Anexos já apresentados.

10.27. É facultado ao Agente de Contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findado o prazo.

10.28. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10.29. A critério do Agente de Contratação, poderá exigir a planilha de composição de custos e formação de preços dos produtos e serviços envolvidos na contratação e sua apresentação será no prazo máximo de 03 (três) horas a partir da solicitação. O não atendimento implicará na desclassificação da arrematante.

10.30. Após o encerramento da etapa competitiva, fica oportunizado a todos os licitantes do certame, arrematantes ou não, a manifestação acerca da intenção de compor o Cadastro de Reserva, POR ITEM/LOTE e ou GLOBAL, no prazo máximo de 03 (três) horas.

10.31. A manifestação de que trata o item 10.30 deverá ser, exclusivamente, através do portal: <https://licitanet.com.br>.

11. FASE DE JULGAMENTO

11.1. Encerrada a fase de negociação, o Agente de Contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5 do edital,

especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

11.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29)

11.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, § 1º).

11.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, § 2º).

11.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação o examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observando o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.7.1. Contiver vícios insanáveis;

11.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência

11.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.8. No caso de bens e serviços em geral, e indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação, o que comprove:

11.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;

11.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

11.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

11.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido descomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

11.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, requisitos de qualidade dos equipamentos e requisitos específicos de qualificação da mão de obra necessária o licitante classificado deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

11.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, avaliação dos equipamentos e avaliação da mão de obra, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo do demais licitantes.

11.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

11.16. No caso de não haver a execução e exigências contidas nesse edital e seus anexos ou não sendo aceita pelo Agente de Contratação, Fiscal do Contrato e ou Equipe Técnica, ou havendo algo fora das especificações e exigências contidas nesse edital e seus anexos, a proposta do licitante será recusada.

11.17. Se a(s) exigência(s) apresentada(s) pelo licitante não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação. Seguir-se com a verificação da(s) solicitações e assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1 As empresas Licitantes deverão apresentar os documentos especificados a seguir:

- a) Documentação Relativa à Habilitação Jurídica;
- b) Documentação Relativa à Regularidade Fiscal;
- c) Documentação Relativa à Qualificação Técnica;
- d) Cumprimento do Disposto no Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal

12.2. A Habilitação Jurídica será comprovada mediante a apresentação de:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato em vigor (última alteração), devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações acompanhado dos documentos da eleição de seus atuais administradores;

c) Decreto de autorização em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente

12.3. A Regularidade Fiscal será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (C.N.P.J.);

b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal através de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da empresa;

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da empresa;

f) Prova de regularidade relativa a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos/CND;

g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação/CRS.

h) Comprovação de licença de funcionamento no município da contratante – Alvará de funcionamento.

i) CERTIDÃO NEGATIVA DE CONCORDATA OU FALÊNCIA expedida pelo distribuidor da sede do licitante válida na data da entrega das propostas.

Observação 01: A certidão de quitação dos tributos municipais poderá ser substituída pela apresentação da certidão de quitação de tributos mobiliários

12.4. Para a QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, será exigido comprovação Ede aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. E que estejam de acordo com as **Habilitação Técnica** exigidas nos Anexo (TR) Termo de referencias e (ETP) Estudo Técnico Preliminar em anexos a este edital. Não sendo o agente de contratação e ou a comissão de contratação responsáveis pela elaboração e exigências contidas nos anexos de formação técnica desse edital.

2.4.1. Além do atestado acima, o licitante deve apresentar declaração que segue os cuidados relacionados a sustentabilidade, e que atende aos requisitos, que se baseiem no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU), quanto ao descarte, onde devem ser realizados com todos os cuidados, sobretudo se existir à presença de substância que venham a ser prejudiciais ao meio ambiente e à saúde humana.

12.5. O licitante deve anexa declaração de que cumpre o Disposto no Inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, quanto à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de

dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (**ANEXO**), mediante apresentação de declaração em papel timbrado do licitante.

12.5.1. Em caso de não ser o compromissário sócio da empresa, deverá apresentar procuração com poderes específicos.

12.6. Os documentos exigidos para essa habilitação deverão ser encaminhados em formato A4 (PDF), anexados ao sistema do **PORTAL** <https://licitanet.com.br> de forma sequencial ao Edital.

12.6.1. É obrigatório que o **CONTRATO SOCIAL** e os documentos de identificação dos responsáveis estejam autenticados, física ou eletronicamente, ao serem anexado – **PORTAL** <https://licitanet.com.br>

12.6.2. Os demais documentos de habilitação deverão ser encaminhados também com formato A4, em configuração que possam ser identificados, e feita sua comprovação dos nomes, razão social do licitante, a modalidade, número e a data da licitação, além do termo "HABILITAÇÃO", em sendo solicitado por **Agente de Contratação e/ou Comissão de Contratação**

12.7. Serão considerados como vícios sanáveis, falhas irrelevantes cometidas pelos licitantes em relação aos documentos e propostas apresentadas, assim consideradas as que não digam respeito à exigência de natureza material, ou as de cunho formal que sejam reputadas indispensáveis para adequada avaliação da pessoa do licitante ou da sua proposta.

12.8. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

a.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/visao-geral>);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo TCU (<https://portal.tcu.gov.br/carta-de-servicos/certidoes/lista-de-licitantes-inidoneos>);

e) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e/ou também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

f) Constatada a existência de sanção, o agente de contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

13. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

13.2. A impugnação ou o pedido de esclarecimento deverão ser enviados para o sistema do LICITANET no site <https://licitanet.com.br>

13.2.1. A Manifestação da impugnação deverá ser enviado no sistema e constar nome e CPF quando pessoa física ou razão social e CNPJ quando pessoa jurídica, com a indicação de todos os itens a serem impugnados ou esclarecidos;

13.2.2 Caso a manifestação não atenda ao descrito no item, será de pronto indeferido para que possa ser complementado e reenviado no sistema para apreciação da manifestação;

13.3. O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

13.3.1. Excepcionalmente e devidamente justificado, o prazo para resposta dos pedidos de esclarecimentos ou impugnação poderá ser prorrogado até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, promovendo-se, se for o caso, o adiamento da sessão pública.

a) As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas diretamente no e-mail licitacoes.saae@alagoinhas.ba.gov.br, no sistema LICITANET – no site <https://licitanet.com> e no Diário oficial do SAAE Alagoinhas.

b) A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Agente de Contratação nos autos do processo de licitação.

c) Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DOS RECURSOS

14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

14.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

14.3.2. A prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

14.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no portal eletrônico <https://licitanet.com.br>

15. DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021

15.2. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do **Agente de Contratação**, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

15.3. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15.4. Homologada a licitação o adjudicatário será convocado para assinar **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** (em Anexo) e ou **CONTRATO** conforme decisão do **Gestor Geral** no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21 (QUANDO FOR O CASO).

15.5. Para a assinatura do(s) Contrato(s) (**MINUTA – ANEXO**), a empresa deverá ser representada por Sócio que detenha poderes de administração, apresentando o contrato social e sua alteração, ou PROCURADOR com poderes específicos para assinar o contrato.

16. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

16.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável de acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

16.2 Os bens e serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (DEZ) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

16.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (TRINTA) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

16.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

16.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

16.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

16.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

16.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (Dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

16.8.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.9.1 O prazo de validade

16.9.2 Data de Emissão

16.9.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

16.9.4 O período respectivo de execução do contrato;

16.9.5 O valor a pagar;

16.9.6 E eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

16.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.12 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

16.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.14 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

16.15 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação de irregularidade constatada.

16.16 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (Trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior. Podendo ser paga em 3 parcelas, 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias.

16.17 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

16.18 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.19 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.20 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.20.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

16.21 A medição mensal de insumos, equipamentos permanentes e serviços serão realizados da forma expressa em anexo desse edital no (TR) **Termo de Referência no art. 09 (CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO) ITEM 9.22**

17. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV da Lei n. 14.133/2021):

17.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes neste edital e no Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

17.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal e gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II da Lei n. 14.133/2021).

17.1.2. Alocar os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Edital e do Termo de Referência, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

17.1.3 Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal administrativo do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

17.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos.

17.1.5. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n. 14.133/2021.

17.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao fiscal administrativo do contrato, até o prazo de 10 (dez) dias após a solicitação, os seguintes documentos:

1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

3) Certidão de Regularidade do FGTS; e

4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

18. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1. Os pagamentos serão efetuados conforme requisição e entrega efetivada do objeto, de forma parcelada nos prazos de 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias a contar da apresentação das notas fiscais, não devendo a contratada, por qualquer motivo, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

18.2. Quando houver erro de qualquer natureza em emissão da Nota Fiscal/Fatura, o documento será devolvido, imediatamente para substituição e esse intervalo de tempo não será considerado para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratual.

18.3. Não serão pagos os fornecimentos em desacordo com as especificações que integram este Edital e todos os seus Anexos.

18.4. O gerenciador/fiscal de contrato será indicado pela Direção da empresa contratante.

19. REAJUSTAMENTO E FISCALIZAÇÃO

19.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/21, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

19.2. A Administração poderá, a qualquer momento, solicitar a comprovação da variação de preços para garantir o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, analisando cada caso específico. (Lei nº 14.133/2021, art. 124 a 136)

19.3. Para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será observado o critério de reajustamento em sentido estrito, mediante solicitação expedida pela **CONTRATADA**.

19.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) **FISCAL(IS) DO CONTRATO**, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

19.5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

19.6. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

19.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

19.12. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

19.13. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

19.14. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

20. VIGÊNCIA DO CONTRATO

20.1. O prazo de vigência contratual estará adstrito aos créditos orçamentários, contados de suas assinaturas, com pagamentos em 30 (trinta), 60 (sessenta) e 90 (noventa) dias, previstos na forma dos artigos 105 e 106 da Lei nº 14.133/2021.

21. PENALIDADES

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

21.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;

21.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

21.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

21.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível

21.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

21.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

21.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

21.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

21.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

21.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

21.1.5. Fraudar a licitação;

21.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

21.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

21.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

21.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

21.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

21.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

21.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

21.2.1. Advertência;

21.2.2. Multa;

21.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

21.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

21.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

21.3.2. As peculiaridades do caso concreto

21.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes

21.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública

21.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial

21.4.1. Para as infrações previstas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, a multa será de 0.5% a 15% do valor do contrato licitado.

21.4.2. Para as infrações previstas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7 e 21.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

21.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa

21.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo o qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

21.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 21.1.4, 21.1.5, 21.1.6, 21.1.7

21.8.1 Bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 21.1.1, 21.1.2 e 21.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

21.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no **item 21.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

21.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo

de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

21.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

21.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

21.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

21.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

21.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

22. DA RESCISÃO

22.1. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei nº 14.133/21.

22.2. O Contratante poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei 14.133/21.

22.3. Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei 14.133/21, não cabe ao Contratado direito a qualquer indenização.

23. REVOGAÇÃO / ANULAÇÃO

23.1 A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 71 da Lei 14.133/21.

24. DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. É facultado a Administração rejeitar o objeto, desde que seja apresentada proposta em desacordo com as exigências do Edital e em seus Anexos.

24.2. A qualquer tempo, antes da data fixada para a apresentação das propostas, poderá o **AGENTE DE CONTRATAÇÃO**, se necessário, modificar o Edital, hipótese em que deverá efetuar a divulgação, com restituição de todos os prazos exigidos em lei.

24.3. É facultada ao **AGENTE DE CONTRATAÇÃO**, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique inclusão de documento ou informação que deveria constar, originariamente, da proposta.

24.4. O **AGENTE DE CONTRATAÇÃO** poderá, em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, devendo promover o registro da suspensão e a convocação dos participantes para a continuidade dos trabalhos.

24.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de PREGÃO.

24.6. As despesas com a contratação, para a execução do objeto licitado, correrão à conta dos recursos constantes do orçamento da Autarquia requisitante, previamente indicadas a saber:

Função Programática	Elemento de Despesa
17.512.011 – 1071	44905200-753
17.122.013 - 2011	33903000-753
17.122.013 - 2011	33903900-753

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E PARTES INTEGRANTES

25.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

24.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

25.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://licitanet.com.br> ou através do endereço eletrônico do SAAE E-mail: licitacoes.saae@alagoinhas.ba.gov.br e/ou <https://saaealagoinhas.org/licitacoes/>

25.11. Integram o presente Edital os anexos abaixo relacionados:

Anexo I – Termo de Referência; Anexo II – Proposta de Preço; Anexo III – Minuta de Registro de Ata ou Minuta de Contrato Anexo IV – Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação;	Anexo V – Termo de credenciamento; Anexo VI – Modelo de Atestado de Capacidade Técnica; Anexo VII – Declaração de observância ao Art. 7º, Inciso XXXIII da Constituição federal.
--	--



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026

26. DO FORO

26.1. Fica eleito o Foro da Sede da Comarca de Domicílio da ENTIDADE CONTRATANTE como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente processo licitatório, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser. As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação serão prestados diariamente, das 07h30min às 17h30min, através do E-mail: licitacoes.saae@alagoinhas.ba.gov.br

Alagoinhas/BA, 18/02/2026

Darlan Souza Vasconcelos
Agente de Contratação

TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21¹**Processo Administrativo DTE 09/2025****1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).**

1.1. O objeto da contratação pretendida é contratação de empresa para prestação de serviço de fornecimento de produtos químicos saneantes para utilização nos Sistemas de Tratamento de Água operados pelo SAAE - ALAGOINHAS, buscando a adequação aos parâmetros de potabilidade definidos de acordo com a Portaria 888 de maio de 2021 e compatível com as características da unidade de tratamento da contratante, em consonância com o disposto nas Normas Brasileiras (ABNT). Assim como, fornecimento de equipamentos dosadores para os produtos adquiridos, peças sobressalentes, tecnologias analíticas dos parâmetros relacionados ao tratamento realizado e disponibilização de mão de obra específica para manutenção preventiva, corretiva, substituição dos equipamentos instalados e demais atividades correlatas nos termos da tabela/descrição abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Cloro Gasoso Produto Químico: Cloro Liquefeito acondicionado em cilindros de 50 kg e/ou cilindros de 900 kg conforme solicitação da contratante. Especificação: Elemento Químico em qualquer estado ou condição: Cl ₂ Características do Produto. Parâmetros Físico-químicos: Pureza: >=99,6% Clorometanos Totais: <=40,0 PPM Umidade: <=50,0 PPM Ferro (FE): <=1,0 PPM Bromo (BR): <=200 PPM	kg	31.200

	<p>Tricloreto de Nitrogênio: ≤15,0 PPM</p> <p>Cloriformio: ≤40,0 PPM</p> <p>Resíduos não Voláteis: ≤100 PPM</p> <p>Tetracloreto de Carbono: ≤10,0 PPM</p>		
2	<p>Dicloroisocianurato de Sódio</p> <p>Produto Químico: Dicloroisocianurato de Sódio,</p> <p>Especificação: Granulado com malha 8-30.</p> <p>Cloro Disponível: MINIMO 56%</p> <p>Resíduo Insolúvel: EM ÁGUA MAXIMO 0,4%</p> <p>Umidade: MAXIMO 4%</p> <p>Cor Predominante: BRANCA</p> <p>Toxidade: MG/KG</p> <p>Inalação LC 50: 0,887 A 0,950</p> <p>ORAL LC 50: 735</p> <p>CUTANEA LC 50: > 2</p> <p>Observações:</p> <p>1) Deve conter na embalagem: Nome do Produto, Nome do Fabricante, Peso Líquido, Data de Fabricação, Número do Lote, Prazo de Validade e concentração.</p> <p>2) Deve ser fornecido junto ao produto a Ficha de Emergência, contendo os avisos sobre o perigo potencial no manuseio do produto e o laudo de análise química do lote.</p>	kg	21.600

3	<p>Hipoclorito de Cálcio Hidratado</p> <p>Produto Químico: Hipoclorito de Cálcio,</p> <p>Especificação: Pastilhas de 200 g (50-65mm de diâmetro).</p> <p>Cloro Disponível: MINIMO 65%</p> <p>Resíduo Insolúvel: EM ÁGUA MAXIMO 0,4%</p> <p>Umidade: MAXIMO 4%</p> <p>Cor Predominante: BRANCA</p> <p>Toxidade: MG/KG</p> <p>Inalação LC 50: 0,887 A 0,950</p> <p>ORAL LC 50: 735</p> <p>CUTANEA LC 50: > 2</p> <p>Observações:</p> <p>1) Deve conter na embalagem: Nome do Produto, Nome do Fabricante, Peso Líquido, Data de Fabricação, Número do Lote, Prazo de Validade e concentração.</p> <p>2) Deve ser fornecido junto ao produto a Ficha de Emergência, contendo os avisos sobre o perigo potencial no manuseio do produto e o laudo de análise química do lote.</p>	kg	600
4	<p>Sequest 65</p> <p>Produto Químico: Ortopolifosfato em pó.</p> <p>Categorias: Sequestrantes de Ferro e Manganês</p> <p>Aplicações: Tratamento de Água</p>	kg	360

	<p>Pó composto por orto e polifosfatos que quando aplicados, estabilizam ferro, manganês em ETA, prevenindo red water (água vermelha) e black water (água preta) em água potável, inibe a corrosão de tubulação de aço e ferro. Grau alimentício, possui certificações NBR 15.007 e NBR 15.784 (LARS).</p> <p>Produto químico não classificado como perigoso</p> <p>Fornecimento: Sacaria 25kg</p> <p>Aspecto: Pó branco</p> <p>Observações:</p> <p>1) Deve conter na embalagem: Nome do Produto, Nome do Fabricante, Peso Líquido, Data de Fabricação, Número do Lote, Prazo de Validade e concentração.</p> <p>2) Deve ser fornecido junto ao produto a Ficha de Emergência, contendo os avisos sobre o perigo potencial no manuseio do produto e o laudo de análise química do lote.</p>		
5	<p>Hidróxido de Sódio líquido (32%/50%)</p> <p>Especificacao:</p> <p>Alcalinidade (NAOH) MINIMO: 32%</p> <p>Cloreto de Sódio (NACL) MAXIMO: 1,10%</p> <p>Clorato de Sódio (NA2CLO3) MAXIMO: 0,20%</p> <p>Ferro (FE) MAXIMO: 8 PPM</p> <p>Sulfato de Sódio (NA2SO4) MAXIMO 0,025%</p> <p>Carbonato de Sódio (NA2CO3) MAXIMO: 0,2%</p>	kg	<p>475.200 para (32%) ou 324.000 para (50%)</p>

	<p>Entregue em caminhões tanque e injetado diretamente no reservatório destinado ao produto existente na ETA Sobocó.</p> <p>Observações:</p> <p>1) Deve ser fornecido junto ao produto laudo contendo: Nome do Produto, Nome do Fabricante, Peso Líquido, Data de Fabricação, Número do Lote, Prazo de Validade, concentração e nome do responsável com CRQ.</p> <p>2) Deve ser fornecido junto ao produto a Ficha de Emergência, contendo os avisos sobre o perigo potencial no manuseio do produto e o laudo de análise química do lote.</p>		
6	<p>Ácido Fluorsilícico</p> <p>Produto Químico: Acido Fluorsilícico (Bombona)</p> <p>Especificação:</p> <p>Substância Química em estado líquido: H₂SIF₆</p> <p>CARACTERISTICAS DO PRODUTO:</p> <p>Parâmetros Físico-químicos:</p> <p>Teor de H₂SIF₆: >=20 (M/M)</p> <p>Material em suspensão: ISENTO</p> <p>Metais Pesados: <=0,02% (PB)</p> <p>Acidez: <=1,0% (M/M HF)</p> <p>Densidade (KG/L): 1,19 A 1,22 (T=25°C)</p> <p>Acondicionamento:</p> <p>Bombonas Plásticas</p> <p>Capacidade 60 Kg retornáveis</p> <p>Observações:</p> <p>1) As embalagens devem atender as especificações</p>	kg	43.200

	<p>contidas na Portaria 452/2008 do INMETRO.</p> <p>2) Deve conter na embalagem: Nome do Produto, Nome do Fabricante, Peso Líquido, Data de Fabricação, Número do Lote, Prazo de Validade e concentração.</p> <p>3) Deve ser fornecido junto ao produto a Ficha de Emergência, contendo os avisos sobre o perigo potencial no manuseio do produto e o laudo de análise química do lote.</p>		
7	<p>Clorador dosador de pastilhas de hipoclorito de cálcio para poços artesianos e redes pressurizadas</p> <p>Capacidade de 2-5 kg, Vazão de 1-50 m³/h e Pressão de trabalho de 12 bar.</p>	un	Sob demanda
8	<p>Bomba dosadora eletromagnética analógica com regulagem da vazão manual através de ajuste eletrônico da frequência de pulsos: 0-300 pulsos/minuto, sem entrada para sinal de controle externo digital 1/1.</p> <p>Materiais construtivos: Carcaça da Dosadora: Polipropileno injetado reforçado com fibra de vidro, Cabeçote: PVDF, Válvulas: PVDF, Vedações: FPM, Diafragma: em PTFE e Esferas duplas: cerâmica, Acessórios: Válvulas de Pé e Injeção 6 x 4 mm, mangueira para sucção. Com Kit de instalação (Filtro e válvula de injeção; Mangueira de sucção em PVC; Mangueira de injeção em PE) e suporte de fixação inclusos.</p> <p>Dados Técnicos: 30 Vazão Mínima: 7 l/h para 16 bar e</p>	un	Sob demanda

	<p>Vazão Máxima: 18 l/h para 1 bar de contrapressão, Contrapressão máxima: 16 bar, Volume de injeção máximo: 1 ml/injeção; Automação: sem entrada para sinal Digital 1/1, Acuracidade/Precisão: $\pm 2\%$.</p> <p>Dados Elétricos: Alimentação: 240 V, monofásico – 50/60Hz, Potência: 28 W, Grau de proteção: IP 65, Classe de Isolamento: F.</p>		
9	Filtro de fundo com retenção através de esferas em cerâmica conforme bomba dosadora fornecida.	un	Sob demanda
10	Válvula de Injeção com retenção através de esferas em cerâmica conforme bomba dosadora fornecida.	un	Sob demanda
11	Cabeçote de injeção com retenção através de esferas em cerâmica conforme bomba dosadora fornecida.	un	Sob demanda
12	Kit de instalação (tubos/mangueiras/válvula /filtro/etc.) conforme bomba doseadora fornecida.	un	Sob demanda
13	Analizador/controlador digital simultâneo multiparâmetro, online, e acessórios com instalação, para uso no controle do monitoramento do processo de tratamento de água que permita as quantificações dos parâmetros de íon fluoreto, cloro livre, temperatura, turbidez e pH.	un	02

	<p>O medidor deve quantificar no parâmetro de íon fluoreto em mg/L (ppm), no parâmetro de cloro livre em mg/L (ppm), no parâmetro temperatura em °C, na unidade de turbidez em NTU e na unidade de pH (Potencial Hidrogênico) a unidade pH, avaliando as dosagens aplicadas e mudanças no processo, fornecendo aos operadores as informações de eficiência em todo o sistema de tratamento de água. Necessário treinamento para operação e manutenção do equipamento.</p> <p>Obs.: Caso haja a necessidade de custos de instalação (equipamentos, estrutura, etc.) e/ou custos mensais de operação, estes devem estar incluídos no valor orçado levando em consideração todo o prazo contratual.</p>		
14	<p>Tanque em PRFV para armazenamento de produtos químicos.</p> <p>Fluído: Hidróxido de Sódio [50%]</p> <p>volume útil: 20 m³</p> <p>Tanque vertical com fundo plano e tampo abaulado Ø</p> <p>(Com Instalação no local)</p>	un	01
15	<p>Bomba dosadora para correção de pH em ETA.</p> <p>Fluido dosado: Solução de soda cáustica (NaOH) a 50%</p> <p>Vazão da planta: 300 L/s (1.080 m³/h)</p> <p>Vazão estimada de dosagem: até 200 L/h de</p>	un	02

	<p>NaOH 50% (com margem de segurança)</p> <p>Pressão de recalque requerida: mínimo 10 bar</p> <p>Materiais em contato com o produto: Cabeçote em PVDF, diafragma em PTFE, vedações em EPDM</p> <p>Acessórios necessários: válvula de contrapressão (1-2 bar ajustável), válvula de retenção, filtro de sucção, injetor PVDF, pulmão amortecedor (se disponível), sensor de nível para tanque de soda</p> <p>Quantidade: 2 unidades (1 operação + 1 reserva)</p>		
16	<p>Mão de obra técnica (Gestão ambiental, saneamento, meio ambiente ou áreas afins) para serviços especializado e manutenção preventiva e corretiva, instalação e/ou substituição de equipamentos dosadores, recebimento e</p>	mês	<p>24</p> <p>01 pessoa</p>

	acondicionamento de produtos químicos e demais atividades correlatas. Com experiência comprovada e Carteira Nacional de Habilitação categoria AB para condução de veículos, na execução das atividades, quando necessário. (220 horas mês)		
Valor global			

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 6.099/2024.

1.3. O objeto é comum à atividade fim da autarquia que é responsável pelo tratamento e distribuição de água para abastecimento e continuado, uma vez que, tais atividades são realizadas diariamente e ininterruptamente pelo SAAE.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 02 (dois) anos contado da data de sua publicação, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. O custo estimado total da contratação é **Dois milhões, duzentos e vinte e um mil, cinquenta reais e trinta e quatro centavos**, conforme custos unitários apostos na tabela acima considerando valores da quantidade máxima de equipamentos demandados.

1.6. Junto ao fornecimento do produto cloro gás (Item 1) a CONTRATADA deverá disponibilizar também os cilindros e equipamentos dosadores, em regime de comodato, destinado à cada uma das Estações de Tratamento de Água que utilizem o produto. Será responsável também por todas as manutenções dos equipamentos destinados a dosagem de cloro gás.

Todos os equipamentos disponibilizados em regime de comodato se tornarão patrimônio da CONTRATADA após a data de encerramento do contrato. OS equipamentos de operação e de segurança (EPI,s e EPC,s) são de inteira responsabilidade da CONTRATADA e deverão ser fornecidos no início do contrato: manifold 2x2, válvulas, conjunto dosador de cloro gás, detector de vazamento de cloro, sistema para controle de pressão indicativo de troca de cilindro, flexíveis, chave Yoke, máscara com cilindro de O2, Kit A para contenção de vazamentos e etc. Estes devem ser disponibilizados para a CONTRATANTE no primeiro pedido realizado à CONTRATADA.

A Empresa deve garantir total segurança na operação dos sistemas dosadores de cloro gás. Atualmente o SAAE – Alagoinhas conta com sistema de desinfecção através de Cloro Gasoso nas duas principais ETAs: Sobocó (consumo estimado de 850 kg/mês) e Cavada (consumo estimado de 450 Kg/mês).

1.6. Para os itens (1-6), as quantidades podem variar em até 25% para mais ou para menos, dependendo da demanda de produção.

1.7. Para os itens (2 e 3), à medida que cloradores manuais forem substituídos por bombas dosadoras, nos poucos sistemas de tratamento que ainda os utilizam, a aquisição de pastilhas de Hipoclorito de Cálcio deixará de ser demandada, podendo a quantidade estimada no item 3 ser transferida para a quantidade especificada no item 2.

1.8. Para os itens (7-12), as quantidades estão diretamente ligadas às demandas existentes na operação ao longo do contrato. Ao serem instalados novos sistemas de tratamento ou, à medida que os atuais sistemas que utilizam cloradores manuais forem substituídos por tratamento através de bombas dosadoras automatizadas, será solicitado o fornecimento de novas bombas dosadoras e/ou peças sobressalentes para substituição. Demais peças sobressalentes serão demandadas à medida que houver necessidade de manutenção corretiva com substituição de peças nos equipamentos instalados.

1.9. Para o item (8), A CONTRATADA deverá disponibilizar a quantidade total de bombas dosadoras nos 60 primeiros dias da vigência contratual caso seja necessário.

1.10. Para os itens (1-12), a CONTRATADA deverá dispor de canal de comunicação direto para contato sobre solicitação de bens, assessoria e consultoria, devidamente capacitado e registrado no CRQ, onde o mesmo participará de soluções de problemas surgentes no tratamento (produtos, equipamentos, operação, treinamentos, etc.) que impactem diretamente da qualidade da água, assim como, deverá dispor de profissionais capacitados para promover palestras de segurança e treinamentos operacionais relacionados aos produtos e equipamentos fornecidos.

1.11. Para o item (13), a tecnologia solicitada tem por finalidade atender a duas principais ETA's – Sobocó e Cavada e constará como entregue somente após o início da operação. Com o fornecimento da tecnologia, a CONTRATADA se responsabilizará por todos os equipamentos necessários para instalação e funcionamento da tecnologia. Deverá dispor também de equipe de profissionais capacitados para promover treinamentos operacionais relacionados ao uso do software e manutenção preventiva dos equipamentos.

1.12. Para os itens (14,15), os mesmos compõem o sistema de armazenamento e dosagem da solução de soda cáustica (NaOH) para correção de pH. Será de responsabilidade da CONTRATADA a instalação e manutenção do sistema de armazenamento e dosagem da solução de soda cáustica (NaOH). O sistema de armazenamento e dosagem da solução deverá ser instalado pela CONTRATADA nos 30

primeiros dias da vigência do contrato e constará como entregue após o início da operação.

1.13. A Contratada deverá disponibilizar mão de obra especializada em serviços técnicos para manutenção preventiva e corretiva, instalação e/ou substituição de equipamentos dosadores, recebimento e acondicionamento de produtos químicos e demais atividades correlatas com experiência comprovada e Carteira Nacional de Habilitação categoria AB para condução de veículos, quando necessário, na execução das atividades. O funcionário disponibilizado deverá assistir todos os atuais Sistemas de Tratamento de Água situados tanto na zona urbana como na zona rural.

Todos os encargos trabalhistas, benefícios obrigatórios e opcionais, fardamento e demais direitos do trabalhador será por conta, exclusivamente, da CONTRATADA.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘b’, da Lei nº 14.133/2021).

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se fundamento no fato de que o Serviço Autônomo de Água e Esgoto do município de Alagoinhas, criado pela Lei Municipal n.º 337, em 03 de agosto de 1965, “têm por competência, diretamente e com exclusividade, operar, manter, conservar e explorar os serviços públicos de água potável e de esgoto sanitário em todo município de Alagoinhas.”

Em busca de atender a demanda por água potável no município, a Autarquia opera diariamente nos serviços de captação, tratamento e distribuição para os munícipes. Isto envolve custos operacionais e necessidade de investimentos contínuos, de forma a manter e melhorar a atual estrutura e seguir prestando um serviço de qualidade para os consumidores.

No que tange ao tratamento e adequação da água captada nos mananciais subterrâneos, a Coordenação de Tratamento de Água, ligada a Diretoria Técnica, utiliza como referência norteadora a Portaria GM/MS Nº 888, de 4 de maio de 2021; que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.

Para atendimento ao que preconiza a Portaria 888/21, quanto aos parâmetros de potabilidade da água distribuída para consumo humano, o setor de tratamento, sob supervisão técnica, realiza a inserção de produtos químicos saneantes utilizados para o tratamento de água rotineiramente. Estes produtos são dosados nas Estações de Tratamento de Água – ETA existentes tanto na zona urbana quanto na zona rural.

Atualmente são produzidos uma média mensal de 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) metros cúbicos de água nas 51 ETA's existentes no município. As duas maiores (Sobocó e Cavada) são responsáveis, juntas, por 56% de toda a água distribuída no município. Os 44% restantes são produzidos nos sistemas independentes localizados em bairros, distritos, conjuntos habitacionais ou comunidades rurais.

No que concerne ao tratamento específico e as técnicas utilizadas atualmente na autarquia, não há necessidade da realização de técnicas de tratamento mais complexas pois a água

captada nos poços artesanais apresenta alto grau de pureza, assim, se faz necessário apenas a adequação às normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde. Para tal, o SAAE tem a necessidade de realizar a desinfecção através de produtos bactericidas (Cloro Gás, Dicloro Isocianurato de Sódio, Hipoclorito de cálcio – conforme demanda) em todas as suas ETA's. Como sequestrante de ferro e manganês utiliza-se o Ortopolifosfato em pó nas ETA's Sobocó, Parque dos Eucaliptos, Urupiara e Ladeira Grande. Para correção de pH e adição de flúor na água utiliza-se Hidroxido de Sódio líquido e Ácido Fluorsilícico, respectivamente, na ETA Sobocó. Para dosagem dos produtos utiliza-se bombas dosadoras automatizadas ou cloradores manuais, além de equipamento dosador específico para cloro gasoso. Estes são operados pela equipe de operadores de ETA que compõem o quadro de servidores do SAAE- Alagoinhas.

No presente caso, a estimativa da quantidade se deu por uma técnica quantitativa, baseada na séria histórica de consumo, uma vez que a solução é rotineira e há o registro de consumo mensal dos últimos 12 meses.

Os resultados obtidos por conta do tratamento são acompanhados através de análises realizadas no laboratório existente na autarquia. Atualmente utilizam-se técnicas analíticas que, apesar de alcançar o objetivo pretendido, poderiam se tornar mais eficazes se utilizadas tecnologias com monitoramento mais preciso, constante e integralizadas com os sistemas de tratamento em tempo real.

Para dar concretude a essa política pública, aos serviços prestados e ao atendimento da demanda populacional por um fornecimento qualiquantitativo de água potável, a Autarquia Municipal, necessita realizar a contratação de empresa específica e competente no que diz respeito ao fornecimento de produtos químicos saneantes para utilização nos Sistemas de Tratamento de Água operados pelo SAAE - ALAGOINHAS, buscando a adequação aos parâmetros de potabilidade definidos de acordo com a Portaria 888 de maio de 2021 e compatível com as características da unidade de tratamento da contratante, em consonância com o disposto nas Normas Brasileiras (ABNT); assim como, a aquisição de equipamentos dosadores para os produtos adquiridos, peças sobressalentes e tecnologias analíticas dos parâmetros relacionados ao tratamento realizado.

Os quantitativos apresentados no tópico 1 baseiam-se na realização do tratamento de aproximadamente 21.600.000 m³/ano de água captada nos mananciais subterrâneos do município. São 48 sistemas de tratamento de água em atividade, 3 novos sistemas já com projeção de operação e 7 dos 48 sistemas em atividades que passarão por requalificação.

A quantidade de água captada, tratada e distribuída tende a aumentar à medida que há uma variação no perfil de consumo ou no aumento populacional. Pensando nisso, estimou-se as quantidades, baseando-se na atual demanda de tratamento e no possível surgimento de novos sistemas de tratamento de água a serem implantados no município durante a vigência contratual.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

- 3.1. A descrição da solução para o tratamento de água para consumo humano deve ser estruturada de forma abrangente, levando em consideração não apenas os produtos e processos envolvidos, mas também o ciclo de vida do sistema de tratamento como um todo.

Isso inclui desde a seleção e especificação dos produtos para o tratamento da água até o monitoramento de sua qualidade ao longo do tempo, passando pela gestão do impacto ambiental e pela manutenção contínua do sistema.

O ciclo de vida do sistema de tratamento de água para consumo humano pode ser dividido nas seguintes fases: planejamento e projeto, implementação e operação, manutenção e monitoramento, e descomissionamento (quando necessário). A descrição a seguir integra o ciclo de vida do objeto e a especificação do produto dentro desse contexto.

3.1.1. Planejamento e Projeto

Análise Inicial da Qualidade da Água - Antes de qualquer produto ser especificado ou contratado, é essencial realizar uma análise da qualidade da água a ser tratada, que deve envolver parâmetros físicos, químicos e microbiológicos. Essa análise permite entender as necessidades específicas de tratamento e selecionar os produtos adequados para atender às exigências de potabilidade definidas pelos órgãos reguladores.

A qualidade da água é caracterizada por parâmetros como:

- Turbidez
- pH
- Presença de micro-organismos patogênicos (bactérias, vírus, protozoários)
- Metais pesados (como ferro, manganês, alumínio)
- Compostos orgânicos (que podem afetar sabor e odor)

No SAAE - Alagoinhas, a água captada dos mananciais subterrâneos já apresenta um alto grau de pureza. Assim, para a realização do processo de tratamento se faz necessário intervenção, conforme os parâmetros citados anteriormente, para atender aos valores de referência estabelecidos na portaria. Todo o processo é atendido conforme a utilização dos produtos e equipamentos listados no item do 1 deste Termo de Referência.

3.1.2 Definição de Produtos e Processos

Com base nas análises iniciais, foram definidos pelo responsável técnico, os produtos químicos e processos mais adequados para tratamento da água. Além disso, o projeto da ETA (Estação de Tratamento de Água) funciona levando em conta a definição de todas as etapas do tratamento, fluxos de água, e especificação de equipamentos e sistemas.

3.1.3 Implementação e Operação

Instalação dos Sistemas de Tratamento

Após a definição dos produtos e processos, passa-se para a fase de instalação dos sistemas de tratamento. Isso inclui a implementação de estruturas e equipamentos como:

- Sistema de Tratamento de injeção direta e/ou indireta instalado na área de captação de todas a ETA's pertencentes ao SAAE;
- Abrigos exclusivos para armazenamento de soluções e produtos, instalação e operação de equipamentos dosadores em cada Sistema de Tratamento de Água, com automatização junto ao quadro de comando;
- Reservatório misturador de soluções (quando necessário);
- Tubulações de injeção, abastecimento e amostragem, etc.

Por se tratar de serviço essencial e prioritário, se faz necessário que todos os equipamentos possuam peças sobressalentes e unidades reservas para atender de imediato as possíveis falhas apresentadas pelos que estiverem em operação.

3.1.4 Operação e Controle do Processo

A operação contínua do sistema envolve a dosagem de produtos químicos de forma controlada e ajustada conforme as condições da água e os parâmetros de qualidade exigidos. É importante a implantação de controle automatizado do sistema com sensores para monitoramento de turbidez, pH, cloro residual e outros parâmetros. Atualmente o controle realizado é manual.

A especificação dos produtos deve garantir que todos os insumos utilizados atendam aos padrões de qualidade e segurança para o consumo humano. Isso inclui a certificação de que os produtos são aprovados por órgãos reguladores como a ANVISA e estão dentro dos limites permitidos de contaminação.

É de fundamental importância que a fornecedora dos produtos e equipamentos forneça treinamentos periódicos sobre o uso e as manutenções emergenciais e de segurança dos mesmos.

3.1.5 Manutenção e Monitoramento

Monitoramento de Qualidade

Durante a operação da ETA, é necessário realizar monitoramentos periódicos da qualidade da água tratada. Isso envolve a medição de parâmetros como:

- Turbidez: Para garantir que a água não contenha partículas visíveis.
- Cloro residual: Para garantir que a desinfecção foi eficaz.
- pH: Para garantir que a água esteja dentro dos níveis aceitáveis para o consumo.
- Presença de micro-organismos: Como coliformes fecais, para garantir a potabilidade da água.

Manutenção Preventiva e Corretiva

A manutenção das instalações e dos sistemas de tratamento deve ser planejada para garantir a continuidade do serviço e a eficiência do tratamento. A manutenção preventiva envolve a limpeza regular e o reposicionamento de equipamentos, assim como, a verificação do estoque de produtos químicos. A manutenção corretiva é realizada em caso de falhas no sistema ou nos equipamentos. Estas devem ser planejadas pela equipe de Coordenação e operação e deve contar com o suporte da empresa fornecedora dos produtos e equipamentos.

Além disso, é importante garantir a segurança no manuseio de produtos químicos, com treinamento adequado para os operadores e a implementação de procedimentos de segurança para evitar acidentes.

3.1.6 Questões ambientais - Descomissionamento e Reciclagem

Descomissionamento do Sistema (quando necessário)

Após o fim da vida útil de uma estação de tratamento ou quando ocorrer a desativação por outros motivos (exemplo: substituição por um novo sistema ou quando o local de captação da água não for mais adequado), é necessário realizar o descomissionamento dos sistemas. Isso envolve:

- Desmontagem dos equipamentos e descarte adequado de componentes que não possam ser reutilizados.
- Descarte adequado dos produtos químicos que restaram, respeitando normas ambientais e de segurança.
- Reciclagem e reaproveitamento de materiais, como metais e plásticos, quando possível.

Gestão de Impacto Ambiental

Durante o ciclo de vida, é fundamental que o sistema de tratamento minimize seu impacto ambiental. Isso pode incluir:

- Atenção específica para o tratamento de efluentes e disposição de resíduos sólidos gerados durante o processo.
- O uso eficiente de energia e produtos químicos para evitar desperdícios.
- A reciclagem de água sempre que possível, ou a implementação de sistemas de reuso.

3.1.7 Conclusão

A solução para o tratamento de água para consumo humano deve ser planejada de forma a garantir a qualidade da água em todas as fases do seu ciclo de vida, desde a sua captação até o consumo. Isso exige a seleção adequada de produtos químicos e equipamentos utilizados, o desenvolvimento de processos eficientes de tratamento, o monitoramento de resultados e a manutenção contínua para garantir a potabilidade da água. Além disso,

a solução deve considerar os impactos ambientais e a segurança operacional em todas as etapas, assegurando que a água fornecida seja segura e de alta qualidade para a saúde pública.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21)

A contratação pretendida deve ser apreciada conforme as especificações estabelecidas no item 1 deste Termo de Referência.

4.1 Quanto aos produtos químicos saneantes, deve ser fornecido junto ao produto, laudo contendo: Nome do Produto, Nome do Fabricante, Peso Líquido, Data de Fabricação, Número do Lote, Prazo de Validade, concentração e nome do responsável com CRQ. Deve ser fornecido também, junto ao produto, a Ficha de Emergência, contendo os avisos sobre o perigo potencial no manuseio do produto e o laudo de análise química do lote.

4.1.2 Normas e Regulamentos Principais

As normas e regulamentações para o fornecimento e utilização de produtos químicos saneantes, especialmente em contextos de tratamento de água e saneamento, visam assegurar a segurança de quem manipula esses produtos e garantir a eficácia na desinfecção e manutenção da qualidade da água. No Brasil, a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) são responsáveis por regulamentar o uso e a comercialização desses produtos.

1. Resolução ANVISA RDC 59/2010

- Define as regras para a comercialização de produtos saneantes, incluindo aqueles para tratamento de água.
- Estabelece a classificação, o registro, a rotulagem e a embalagem desses produtos.
- Determina os requisitos para empresas que produzem, importam e comercializam saneantes, incluindo aspectos de segurança e rastreabilidade dos produtos.

2. Norma ABNT NBR 15784 - Saneantes para Desinfecção de Água para Consumo Humano

- Especifica os requisitos para produtos saneantes utilizados na desinfecção da água destinada ao consumo humano.
- Define os limites de concentração, segurança e métodos de controle para produtos químicos como cloro, hipoclorito de sódio, entre outros.

3. Portaria 888/2021 - Ministério da Saúde

- Estabelece o padrão de potabilidade da água para consumo humano e os requisitos para o uso de produtos saneantes no tratamento de água potável.
- Define os parâmetros microbiológicos, químicos e radioativos que os produtos devem seguir, além de instruções para garantir a segurança na desinfecção.

4. Norma ABNT NBR 13276 - Produtos Químicos Utilizados em Estações de Tratamento de Água

- Essa norma estabelece os requisitos de qualidade para produtos químicos aplicados em estações de tratamento de água.

- Estabelece procedimentos para armazenamento e manuseio seguro dos produtos saneantes, minimizando riscos para a saúde dos trabalhadores e impactos ambientais.

5. Norma ABNT NBR 14725 - Sistema de Classificação de Produtos Químicos

- Trata do sistema de identificação e classificação de produtos químicos (incluindo saneantes) de acordo com os riscos à saúde e segurança.

- Orienta sobre rotulagem, fichas de segurança (FISPQ), além de requisitos de transporte e armazenamento.

É importante que sejam fornecidos manuais que tratem sobre as Boas Práticas para Utilização de Produtos Saneantes levando em consideração:

- Manuseio Seguro: Uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) como luvas, óculos e máscaras é obrigatório para evitar exposição a produtos químicos perigosos.

- Rotulagem e FISPQ: Todos os produtos devem estar devidamente rotulados e acompanhados de uma Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) para orientar sobre riscos, armazenamento e medidas de emergência.

- Treinamento dos Funcionários: Todos os trabalhadores envolvidos no manuseio e aplicação de saneantes devem ser capacitados, especialmente em relação a procedimentos de segurança e primeiros socorros.

- Armazenamento Adequado: Os produtos devem ser armazenados em locais ventilados, secos e fora do alcance de fontes de ignição, conforme as orientações da FISPQ.

- Controle de Estoque e Validade: Produtos químicos devem ser monitorados quanto ao prazo de validade e estocados conforme especificações dos fabricantes.

Essas normas e práticas asseguram a segurança e a eficácia dos produtos saneantes no tratamento de água e em outros contextos de uso sanitário.

4.2 Quanto à aquisição de equipamentos e peças sobressalentes, é importante que todos os equipamentos proporcionem confiabilidade, precisão, eficiência e segurança; assim como, que tais componentes e peças sobressalentes sejam de um mesmo fabricante ou compatíveis entre si.

4.2.1 Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021):

Atualmente, no SAAE - Alagoinhas, todos os sistemas de tratamento de água que utilizam Bombas Dosadoras, têm operado com equipamentos da Marca SEKO, modelo AKL-800NHH0700. Por ser um equipamento confiável e que, em sua normalidade, tem atendido a demanda necessária sem apresentar defeitos recorrentes, este termo faz menção da marca de referência, como forma padronização e/ou parâmetro de qualidade para facilitar a descrição do

objeto, podendo ser oferecido outros equipamentos similares, equivalentes ou de melhor qualidade.

É importante ressaltar também que, caso as bombas dosadoras fornecidas sejam de uma outra marca ou modelo, seria necessário a aquisição de peças sobressalentes que atendessem todos os modelos existentes em funcionamento na autarquia.

4.2.2 Normas e Regulamentos Principais

As normas aplicáveis a bombas dosadoras de produtos químicos para tratamento de água variam conforme a legislação local, as condições de aplicação e os requisitos específicos de segurança. No Brasil e em outros países, essas normas geralmente são estabelecidas por organizações como a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e órgãos reguladores internacionais. Abaixo estão algumas das principais normas e orientações que podem ser relevantes:

1. Normas Gerais para Bombas Dosadoras

- ISO 9001: Relativa à qualidade no processo de fabricação das bombas dosadoras.
- ISO 5199: Define requisitos para bombas de processos industriais, abrangendo aspectos como confiabilidade e segurança.
- ANSI/HI 7.1-7.5: Normas norte-americanas para bombas dosadoras, cobrindo critérios de desempenho e métodos de teste.

2. Normas Brasileiras (ABNT)

- ABNT NBR 12216: Equipamentos para sistemas de dosagem de produtos químicos para tratamento de água e esgoto.
- ABNT NBR 12176: Referente ao uso de cloro em sistemas de tratamento de água. Especifica os equipamentos e cuidados necessários para segurança e eficiência.

3. Segurança e Compatibilidade Química

- NR-12 (Norma Regulamentadora 12): Trata da segurança no trabalho com máquinas e equipamentos, aplicável ao uso de bombas dosadoras.
- NR-13 (Norma Regulamentadora 13): Relativa a caldeiras e vasos de pressão, relevante quando bombas dosadoras trabalham em conjunto com sistemas pressurizados.
- Material Compatível: Verificar a compatibilidade do material das bombas com os produtos químicos utilizados, com base nas especificações de fabricantes e tabelas de resistência química.

5. Requisitos Técnicos Importantes

- Capacidade e Precisão: Certifique-se de que a bomba dosadora atenda à faixa de dosagem e precisão exigidas pelo processo (tolerância de $\pm 2\%$ é comum).

- Proteção Contra Sobrecarga: Sistemas de proteção elétrica e mecânica para evitar falhas durante operação.
- Manutenção e Inspeção: Siga um cronograma de manutenção preventiva, conforme indicado pelo fabricante.

4.3 Quanto aos softwares analíticos para parâmetros de potabilidade de água para consumo humano, o desenvolvimento e a utilização de softwares de monitoramento e análise de cloro em água tratada devem atender a normas técnicas e regulamentações que garantam confiabilidade, segurança, e precisão nos resultados, além de assegurar a conformidade com as diretrizes de potabilidade da água. No Brasil, essas normas podem estar relacionadas a padrões de tecnologia, qualidade da água e segurança da informação.

4.3.1 Principais Normas e Regulamentos

1. Portaria GM/MS nº 888/2021

- Substitui a Portaria de Consolidação nº 5/2017 e estabelece os parâmetros de controle e vigilância da qualidade da água para consumo humano.
- Define os limites de cloro residual na água tratada: (Mínimo: 0,2 mg/L - Máximo: 5,0 mg/L)
- Exige sistemas de monitoramento que garantam a verificação contínua e precisa desses parâmetros.

2. ABNT NBR 15900 - Monitoramento de Parâmetros de Qualidade da Água

- Especifica requisitos para sistemas de monitoramento de parâmetros físicos, químicos e biológicos da água tratada.
- Aplica-se a sistemas que utilizem softwares para análise de cloro e outros componentes, exigindo que os dados sejam confiáveis e os sensores calibrados.

3. ISO 5667-3 - Qualidade da Água: Regras para Monitoramento

- Fornece diretrizes internacionais para a coleta e análise de amostras de água, incluindo a medição de cloro.
- Os softwares devem ser configurados para receber dados de instrumentos que atendam a esses padrões.

4. ISO 9001 - Sistemas de Gestão da Qualidade

- Aplicável ao desenvolvimento de software e tecnologias de monitoramento, garantindo que os processos sigam padrões de qualidade.
- Inclui a validação de algoritmos e a confiabilidade do sistema.

5. ISO 27001 - Segurança da Informação

- Normativa para garantir a proteção e a segurança dos dados gerados por softwares de monitoramento, especialmente em sistemas críticos como o tratamento de água.

6. Norma ABNT NBR 12100 - Segurança de Sistemas Automatizados

- Aplica-se a equipamentos que integram software e hardware para monitoramento contínuo.
- Garante que os sistemas automatizados, incluindo sensores e softwares de análise, sejam seguros para os operadores e para o ambiente.

Requisitos para Softwares de Monitoramento e Análise Funcionais

1. Calibração e Validação de Dados:

- Deve permitir a calibração frequente com sensores e analisadores certificados.
- Alertas e Notificações:
- Deve gerar alertas automáticos em caso de desvios nos níveis de cloro.

2. Interface com Equipamentos:

- Compatibilidade com equipamentos de monitoramento (e.g., sondas e analisadores).

3. Armazenamento e Registro:

- Registro contínuo dos dados para auditorias e análise histórica.

4. Técnicos

- Precisão dos Dados: Processamento e análise com margem de erro mínima, seguindo limites legais.
- Atualizações e Segurança: Atualizações periódicas para corrigir vulnerabilidades e aprimorar funcionalidades.

5. De Segurança

- Criptografia de Dados: Proteção das informações registradas para evitar manipulações.
- Autenticação de Usuários: Controle de acesso para operadores e técnicos responsáveis.

6. De Conformidade

Compatibilidade com Normas Ambientais e Sanitárias: Deve atender à legislação local e internacional relacionada à qualidade da água.

- Relatórios Personalizados: Emissão de relatórios configurados para as exigências de órgãos reguladores.

7. Boas Práticas

- Integração com Sistemas SCADA: Os softwares de monitoramento de cloro devem ser integráveis com sistemas SCADA (Supervisory Control and Data Acquisition) para controle e automação do tratamento de água.
- Teste e Homologação: Antes do uso, os softwares devem ser testados e homologados por entidades certificadoras ou laboratórios reconhecidos.
- Treinamento: Equipes responsáveis pelo uso do software devem ser capacitadas para interpretar os dados e operar o sistema de forma eficiente.

Seguindo essas diretrizes, os softwares contribuem para garantir o cumprimento das normas de qualidade da água e a segurança no abastecimento.

5. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

A contratada deverá dispor de canal de comunicação direto para contato sobre solicitação de bens, assessoria e consultoria, devidamente capacitado e registrado no CRQ, onde o mesmo participará de soluções de problemas surgentes no tratamento (produtos, equipamentos, operação, treinamentos, etc.) que impactem diretamente da qualidade da água, assim como, deverá dispor de profissionais capacitados para promover palestras de segurança e treinamentos operacionais relacionados aos produtos e equipamentos fornecidos.

Os itens demandados serão solicitados, exclusivamente, mediante Ordem de Fornecimento encaminhada pelo responsável da unidade demandante (Coordenação de Tratamento de Água) ou pelo Fiscal do Contrato, deverão ser entregues no prazo máximo de 10 dias após a solicitação via Ordem de Fornecimento, na ETA Eng. Francisco Távora – Sobocó (exceto o cloro gasoso que deverá ser entregue: 850 kg/mês na ETA - Sobocó e 450 kg/mês na ETA - Cavada) e obedecerão às seguintes diretrizes de fornecimento:

ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÕES			
ITEM	ESPECIFICAÇÕES	ESTIMATIVA DE QNTD.	UNIDADE:
01	Cloro Gasoso. Produto Químico: Cloro Liquefeito acondicionado em cilindros de 50 kg e/ou cilindros de 900 kg conforme solicitação da contratante. Especificação: Elemento Químico em qualquer estado ou condição: Cl ₂ Características do Produto. Parâmetros Físico-químicos: Pureza: >=99,6% Clorometanos Totais: <=40,0 PPM Umidade: <=50,0 PPM Ferro (FE): <=1,0 PPM Bromo (BR): <=200 PPM Tricloreto de Nitrogênio: <=15,0 PPM Cloriformio: <=40,0 PPM Resíduos não Voláteis: <=100 PPM Tetracloro de Carbono: <=10,0 PPM	1.300	Kg (mensal)
Obs. (1): Junto ao fornecimento do produto cloro gasoso a CONTRATADA deverá disponibilizar também os cilindros e equipamentos dosadores, em regime de comodato, destinado à cada uma das Estações			

de Tratamento de Água que utilizem o produto. Será responsável também por todas as manutenções dos equipamentos destinados a dosagem de cloro gás.

Todos os equipamentos disponibilizados em regime de comodato se tornarão patrimônio da CONTRATADA após a data de encerramento do contrato.

Os equipamentos de operação e de segurança (EPI,s e EPC,s) são de inteira responsabilidade da CONTRATADA e deverão ser fornecidos no início do contrato: manifold 2x2, válvulas, conjunto dosador de cloro gás, detector de vazamento de cloro, sistema para controle de pressão indicativo de troca de cilindro, flexíveis, chave Yoke, máscara com cilindro de O2, Kit A para contenção de vazamentos e etc. Estes devem ser disponibilizados para a CONTRATANTE no primeiro pedido realizado à CONTRATADA.

A empresa deve garantir total segurança na operação dos sistemas dosadores de cloro gás.

Atualmente o SAAE – Alagoinhas conta com sistema de desinfecção através de Cloro Gasoso nas duas principais ETAS: Sobocó (consumo estimado de 850 kg/mês) e Cavada (consumo estimado de 450 Kg/mês).

02	<p>Dicloroisocianurato de Sódio.</p> <p>Produto Químico: Dicloroisocianurato de Sódio, Especificação: Granulado com malha 8-30. Cloro Disponível: MINIMO 56% Resíduo Insolúvel: EM ÁGUA MAXIMO 0,4% Umidade: MAXIMO 4% Cor Predominante: BRANCA Toxicidade: MG/KG Inalação LC 50: 0,887 A 0,950 ORAL LC 50: 735 CUTANEA LC 50: > 2 Observações: 1) Deve conter na embalagem: Nome do Produto, Nome do Fabricante, Peso Líquido, Data de Fabricação, Número do Lote, Prazo de Validade e concentração. 2) Deve ser fornecido junto ao produto a Ficha de Emergência, contendo os avisos sobre o perigo potencial no manuseio do produto e o laudo de análise química do lote.</p>	900	Kg (mensal)
03	<p>Hipoclorito de Cálcio Hidratado.</p> <p>Produto Químico: Hipoclorito de Cálcio, Especificação: Pastilhas de 200 g (50-65mm de diâmetro). Cloro Disponível: MINIMO 65% Resíduo Insolúvel: EM ÁGUA MAXIMO 0,4% Umidade: MAXIMO 4% Cor Predominante: BRANCA Toxicidade: MG/KG Inalação LC 50: 0,887 A 0,950 ORAL LC 50: 735 CUTANEA LC 50: > 2 Observações: 1) Deve conter na embalagem: Nome do Produto, Nome do Fabricante, Peso Líquido, Data de Fabricação, Número do Lote, Prazo de Validade e concentração. 2) Deve ser fornecido junto ao produto a Ficha de Emergência, contendo os avisos sobre o perigo potencial no manuseio do produto e o laudo de análise química do lote.</p>	25	Kg (mensal)
04	<p>Sequest 65.</p> <p>Produto Químico: Ortopolifosfato em pó Categorias: Sequestrantes de Ferro e Manganês Aplicações: Tratamento de Água Pó composto por orto e polifosfatos que quando aplicados, estabilizam ferro, manganês em ETA, prevenindo red water (água vermelha) e black water (água preta) em água potável,</p>	15	Kg (mensal)

	<p>inibe a corrosão de tubulação de aço e ferro. Grau alimentício, possui certificações NBR 15.007 e NBR 15.784 (LARS). Produto químico não classificado como perigoso Fornecimento: Sacaria 25kg Aspecto: Pó branco Observações: 1) Deve conter na embalagem: Nome do Produto, Nome do Fabricante, Peso Líquido, Data de Fabricação, Número do Lote, Prazo de Validade e concentração. 2) Deve ser fornecido junto ao produto a Ficha de Emergência, contendo os avisos sobre o perigo potencial no manuseio do produto e o laudo de análise química do lote.</p>		
05	<p>Hidróxido de Sódio líquido (32%/50%).</p> <p>Especificacao: Alcalinidade (NAOH) MINIMO: 32% Cloreto de Sódio (NACL) MAXIMO: 1,10% Clorato de Sódio (NA2CLO3) MAXIMO: 0,20% Ferro (FE) MAXIMO: 8 PPM Sulfato de Sódio (NA2SO4) MAXIMO 0,025% Carbonato de Sódio (NA2CO3) MAXIMO :0,2% Entregue em caminhões tanque e injetado diretamente no reservatório destinado ao produto existente na ETA Sobocó. Observações: 1) Deve ser fornecido junto ao produto laudo contendo: Nome do Produto, Nome do Fabricante, Peso Líquido, Data de Fabricação, Número do Lote, Prazo de Validade, concentração e nome do responsável com CRQ. 2) Deve ser fornecido junto ao produto a Ficha de Emergência, contendo os avisos sobre o perigo potencial no manuseio do produto e o laudo de análise química do lote.</p>	<p>19.800 para (32%) 13.500 para (50%)</p>	<p>Kg (mensal)</p>
06	<p>Ácido Fluorsilícico.</p> <p>Produto Químico: Acido Fluorsilícico (Bombona) Especificacao: Substância Química em estado líquido: H2SIF6 CARACTERISTICAS DO PRODUTO: Parâmetros Físico-químicos: Teor de H2SIF6: >=20 (M/M) Material em suspensão: ISENTO Metais Pesados: <=0,02% (PB) Acidez: <=1,0% (M/M HF) Densidade (KG/L): 1,19 A 1,22 (T=25°C) Acondicionamento: Bombonas Plásticas Capacidade 60 Kg retornáveis Observações: 1) As embalagens devem atender as especificações contidas na Portaria 452/2008 do INMETRO. 2) Deve conter na embalagem: Nome do Produto, Nome do Fabricante, Peso Líquido, Data de Fabricação, Número do Lote, Prazo de Validade e concentração. 3) Deve ser fornecido junto ao produto a Ficha de Emergência, contendo os avisos sobre o perigo potencial no manuseio do produto e o laudo de análise química do lote.</p>	<p>1.800</p>	<p>Kg (mensal)</p>
<p>Obs. (1-6): As quantidades podem variar em até 25% para mais ou para menos, dependendo da demanda de produção. Obs. (2,3): A medida que cloradores manuais forem substituídos por bombas dosadoras, nos poucos sistemas de tratamento que ainda os utilizam, a aquisição de pastilhas de Hipoclorito de Cálcio deixará de ser demandada, podendo a quantidade estimada no item 3 ser transferida para a quantidade especificada no item 2.</p>			

07	Clorador dosador de pastilhas de hipoclorito de cálcio para poços artesianos e redes pressurizadas: Capacidade de 2-5 kg, Vazão de 1-50 m³/h e Pressão de trabalho de 12 bar.	sob demanda	un
08	Bomba dosadora eletromagnética analógica com regulação da vazão manual através de ajuste eletrônico da frequência de pulsos: 0-300 pulsos/minuto, sem entrada para sinal de controle externo digital 1/1. Materiais construtivos: Carcaça da Dosadora: Polipropileno injetado reforçado com fibra de vidro, Cabeçote: PVDF, Válvulas: PVDF, Vedações: FPM, Diafragma: em PTFE e Esferas duplas: cerâmica, Acessórios: Válvulas de Pé e Injeção 6 x 4 mm, mangueira para sucção. Com Kit de instalação (Filtro e válvula de injeção; Mangueira de sucção em PVC; Mangueira de injeção em PE) e suporte de fixação inclusos. Dados Técnicos: Vazão Mínima: 7 l/h para 16 bar e Vazão Máxima: 18 l/h para 1 bar de contrapressão, Contrapressão máxima: 16 bar, Volume de injeção máximo: 1 ml/injeção; Automação: sem entrada para sinal Digital 1/1, Acuracidade/Precisão: ± 2%. Dados Elétricos: Alimentação: 240 V, monofásico – 50/60Hz, Potência: 28 W, Grau de proteção: IP 65, Classe de Isolamento: F.	sob demanda	un
09	Filtro de fundo com retenção através de esferas em cerâmica conforme bomba dosadora fornecida.	sob demanda	un
10	Válvula de Injeção com retenção através de esferas em cerâmica conforme bomba dosadora fornecida.	sob demanda	un
11	Cabeçote de injeção com retenção através de esferas em cerâmica conforme bomba dosadora fornecida.	sob demanda	un
12	Kit de instalação (tubos/mangueiras/válvula/filtro/etc) conforme bomba doseadora fornecida.	sob demanda	un
13	Analizador/controlador digital simultâneo multiparâmetro, online, e acessórios com instalação, para uso no controle do monitoramento do processo de tratamento de água que permita as quantificações dos parâmetros de íon fluoreto, cloro livre, temperatura, turbidez e pH. O medidor deve quantificar no parâmetro de íon fluoreto em mg/L (ppm), no parâmetro de cloro livre em mg/L (ppm), no parâmetro temperatura em °C, na unidade de turbidez em NTU e na unidade de pH (Potencial Hidrogênico) a unidade pH, avaliando as dosagens aplicadas e mudanças no processo, fornecendo aos operadores as informações de eficiência em todo o sistema de tratamento de água.	02	un

Obs. (7-12): As quantidades estão diretamente ligadas às demandas existentes na operação ao longo do contrato. Ao serem instalados novos sistemas de tratamento ou, à medida que os atuais sistemas que utilizam cloradores manuais forem substituídos por tratamento através de bombas dosadoras automatizadas, será solicitado o fornecimento de novas bombas dosadoras e/ou peças sobressalentes para substituição.

Demais peças sobressalentes serão demandadas à medida que houver necessidade de manutenção corretiva com substituição de peças nos equipamentos instalados.

Obs. (8): A CONTRATADA deverá disponibilizar a quantidade total de bombas dosadoras nos 60 primeiros dias da vigência contratual caso seja necessário.

Obs. (1-12): A CONTRATADA deverá dispor de canal de comunicação direto para contato sobre solicitação de bens, assessoria e consultoria, devidamente capacitado e registrado no CRQ, onde o mesmo participará de soluções de problemas surgentes no tratamento (produtos, equipamentos, operação, treinamentos, etc.) que impactem diretamente da qualidade da água, assim como, deverá dispor de profissionais capacitados para promover palestras de segurança e treinamentos operacionais relacionados aos produtos e equipamentos fornecidos.

Obs. (13): A tecnologia solicitada tem por finalidade atender a duas principais ETA's – Sobocó e Cavada e constará como entregue somente após o início da operação.

Com o fornecimento da tecnologia, a CONTRATADA se responsabilizará por todos os equipamentos necessários para instalação e funcionamento da tecnologia. Deverá dispor também de

equipe de profissionais capacitados para promover treinamentos operacionais relacionados ao uso do software e manutenção preventiva dos equipamentos.

14	<p>Tanque em PRFV para armazenamento de produtos químicos.</p> <p>Fluído: Hidróxido de Sódio [50%]</p> <p>volume útil: 20 m³</p> <p>Tanque vertical com fundo plano e tampo abaulado Ø</p> <p>(Com Instalação no local)</p>	1	un
15	<p>Bomba dosadora para correção de pH em ETA.</p> <p>Fluido dosado: Solução de soda cáustica (NaOH) a 50%</p> <p>Vazão da planta: 300 L/s (1.080 m³/h)</p> <p>Vazão estimada de dosagem: até 200 L/h de NaOH 50% (com margem de segurança)</p> <p>Pressão de recalque requerida: mínimo 10 bar</p> <p>Materiais em contato com o produto: Cabeçote em PVDF, diafragma em PTFE, vedações em EPDM</p> <p>Acessórios necessários: válvula de contrapressão (1–2 bar ajustável), válvula de retenção, filtro de sucção, injetor PVDF, pulmão amortecedor (se disponível), sensor de nível para tanque de soda</p> <p>Quantidade: 2 unidades (1 operação + 1 reserva)</p>	2	un

Obs. (14,15): Os itens 14 e 15 compõem o sistema de armazenamento e dosagem da solução de soda cáustica (NaOH) para correção de pH.

Será de responsabilidade da CONTRATADA a instalação e manutenção do sistema de armazenamento e dosagem da solução de soda cáustica (NaOH).

O sistema de armazenamento e dosagem da solução deverá ser instalado pela CONTRATADA nos 30 primeiros dias da vigência do contrato e constará como entregue após o início da operação.

16	<p>Mão de obra técnica (Gestão ambiental, saneamento, meio ambiente ou áreas afins) para serviços especializado e manutenção preventiva e corretiva, instalação e/ou substituição de equipamentos dosadores, recebimento e acondicionamento de produtos químicos e demais atividades correlatas. Com experiência comprovada e Carteira Nacional de Habilitação categoria AB para condução de veículos, na execução das atividades, quando necessário. (220 horas mês)</p>	1 24	Pessoa Meses
----	---	-------------	---------------------

Obs. (16): O funcionário disponibilizado deverá assistir todos os atuais Sistemas de Tratamento de Água situados tanto na zona urbana como na zona rural.

As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Parcela	Composição da Parcela	Prazo de Entrega
1ª	<p>Itens 1-6 (Produtos Químicos Saneantes)</p> <p>Item 8 (Bombas Dosadoras)</p> <p>Item 13 (Tecnologia analítica)</p> <p>Item 14,15 (Reservação e Dosagem pH)</p> <p>Item 16 (Mão de Obra)</p>	<p>10 dias da Assinatura da Ordem de Fornecimento para os itens 1-6 (solicitação dia 20-25 de cada mês e entrega até o dia 05 do mês subsequente à solicitação.</p> <p>30 dias para o item 8.</p> <p>60 dias para o item 13.</p> <p>30 dias para os itens 14,15.</p> <p>Disponibilização Imediata para o item 16.</p>
2ª a 24ª parcelas	Itens 1-6 (Produtos Químicos Saneantes)	10 dias da Assinatura da Ordem de Fornecimento para os itens 1-6 (solicitação dia 20-25 de cada mês e entrega até o dia 05 do mês subsequente à solicitação.
Sob Demanda	Equipamentos e Peças Sobressalentes	10 dias da Assinatura da Ordem de Fornecimento.

5.1 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 8 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2 Para a entrega do objeto deverá ser feito um agendamento prévio por parte da CONTRATANTE por meio do email: cta.saae@alagoinhas.ba.gov.br

5.3 O objeto (exceto o cloro gasoso que deverá ser entregue conforme volume solicitado na ETA – Sobocó e na ETA - Cavada) deverá ser entregue na Captação Sobocó, situado na rua Alto do santo Antônio, s/n. Bairro 2 de Julho, Alagoinhas -BA.

5.4 O objeto deverá ser entregue em dias úteis de segunda à sexta-feira de 8:00 às 11:30 e das 14:00 às 17:30 horas.

5.5 Quanto ao recebimento, este se dará:

- a) PROVISORIAMENTE, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações exigidas;
- b) DEFINITIVAMENTE, até 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5.1. Os bens ou produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação a contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.5.2. Na hipótese de verificação não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5.3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do objeto, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual.

5.5.4 Aceito os materiais/bens, será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento.

5.5.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.5.6 Apresentar os produtos com a embalagem em perfeito estado, nas condições de temperatura exigidas no rótulo, sendo que todos os dados (rótulo e bula) devem estar em língua portuguesa. Deverão, ainda, estar separados por lotes e prazos de validade, com seus respectivos quantitativos impressos na nota fiscal.

5.5.7 O transporte dos produtos deverá obedecer a critérios de modo a não afetar a identidade, qualidade, integridade e, quando for o caso, esterilidade dos mesmos.

5.5.8 Os produtos deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações estabelecidas neste edital e seus anexos, bem como, fielmente as especificações do objeto deste termo de referência, e ordem de fornecimento emitida por ocasião do suprimento solicitado. A inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

5.5.9 Não aceito o(s) bem (ns) entregue(s), será comunicado à empresa adjudicatária, para que proceda a respectiva e imediata substituição, no máximo de 72 (setenta e duas) horas, para que se possa adequar o efetivamente entregue aquele que efetivamente se pretende adquirir.

5.5.10 Todos os custos logísticos na entrega do objeto ficarão por conta da contratada.

6 ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021)

6.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

6.2. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

6.2.1. A contratada será responsável pela realização de assistência técnica imediata dos equipamentos adquiridos dentro do prazo de garantia de 12 (doze) meses contados a partir da aquisição e entrega definitiva do equipamento, conforme Nota Fiscal emitida.

6.2.2. Por se tratar de serviço essencial, quando acionada a garantia, a contratada deverá fornecer, em prazo máximo de 24 horas, equipamento reserva até que os reparos necessários sejam realizados ou o equipamento defeituoso seja substituído por outro com as mesmas características.

6.2.3. A contagem do prazo de garantia (12 meses) será renovada para os equipamentos que retornarem do reparo ou para os novos equipamentos que forem fornecidos em lugar do equipamento defeituoso.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

7.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

Nota explicativa: Os fiscais do contrato serão designados autoridade máxima do órgão ou da entidade, ou a quem as normas de organização administrativa indicarem, na forma do art. 7º da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a Administração instruir os autos com as publicações dos atos de designação dos agentes públicos para o exercício dessas funções.

7.2.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.2.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

- 7.3. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 7.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 7.5. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).
- 7.6. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 7.7. Todo o objeto deverá ser fornecido de maneira a atender as demandas da contratada. Caso haja alguma peculiaridade que impossibilite o uso imediato dos produtos fornecidos, essas devem ser observadas pela contratada antes da assinatura do contrato. Se necessário adequação, estes custos devem estar sob responsabilidade da contratada.
- 7.8. Se faz importante estabelecer a obrigatoriedade da contratada em suprir com a demanda estabelecida em contrato e arcar com o ônus das variações de mercado, caso haja, mantendo o fornecimento dos produtos essenciais ao tratamento. Não sendo possível, cabe a contratada buscar e justificar a necessidade de implantação de novas tecnologias que atendam e melhorem o atual modelo e técnica de tratamento utilizado, sendo a contratada responsável pelos custos de sua implantação.
- 7.9 Diante do surgimento de novas tecnologias no mercado, estas devem ser avaliadas pelo responsável técnico da contratada, junto com a unidade demandante e o fiscal do contrato, para verificação de viabilidade de mudança no atual modelo de tratamento de água utilizado pelo SAAE e, se viável, essa alteração poderá ser realizada desse que, haja melhoria na eficiência do tratamento fornecido, proporcione segurança para os operadores dos Sistemas de Tratamento de Água e não onere a Contratante.
- 7.10 Em renegociações para aditar novos valores a serem praticados no novo contrato, a contratada deverá obrigatoriamente justificar através de orçamentos oficiais a necessidade de alteração dos valores praticados em mercado. Não se negando a manter o fornecimento do objeto até que a renegociação esteja finalizada.
- 7.11 A contratada não poderá se eximir de fornecer as parcelas do objeto dentro do prazo solicitado, conforme ordem de fornecimento, alegando atraso de pagamento, enquanto o contrato estiver válido.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021)

Aqui vamos falar da habilitação técnica e econômico-financeira, aceitabilidade de preços; estimativa de preços; planilha de composição de custos; adequação orçamentária;

Defina os critérios de aceitabilidade de preços, com fixação de preços máximos aceitáveis, tanto globais quanto unitários. Defina os critérios de julgamento das propostas.

Dica: Aqui devemos identificar a forma de selecionar o fornecedor (licitação, inexigibilidade, dispensa), justificando a escolha;

- analisar e identificar os critérios de qualificação econômico-financeira a serem exigidos, considerando a prestação dos serviços e os riscos da contratação;

Motta Lima da Cruz, Márcio; Teixeira Machado, Dilmar. Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e Projeto Básico: canivete suíço (Portuguese Edition) (p. 137). Edição do Kindle.

8.1. O fornecedor será selecionado por meio de pregão eletrônico, com fundamento na hipótese do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

8.2. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.3. Habilitação Jurídica:

8.3.1. **Pessoa Jurídica:** contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4 Habilitações fiscal, social e trabalhista:

8.4.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.4.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) ;

8.4.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.4.5 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da ~~Consolidação~~ ^{Consolidação} das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.4.6 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.7 prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.5 Habilitação Técnica:

8.5.1 A proponente deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o correto cumprimento das obrigações contratuais consistentes no fornecimento de produtos e serviços equivalentes, em quantidade de no mínimo 50% (cinquenta por cento) daquele a ser contratado.

8.5.2 O objeto do atestado deverá referir-se tão somente ao que a licitante pretende contratar com o SAAE - Alagoinhas e deverá conter, além das informações a respeito do objeto, a razão social, CNPJ e endereço completo da empresa emitente, data, identificação e assinatura do responsável pela emissão.

8.5.3 A licitante deverá apresentar também declaração do fabricante que comprove a sua capacidade no fornecimento do produto licitado.

8.5.4 Será exigência para qualificação técnica a comprovação por parte da licitante que possua em seu quadro de funcionário um responsável técnico devidamente registrado junto ao conselho regional de química, bem como a comprovação de registro da própria licitante junto a esse órgão.

8.5.6 A prova de vinculação do responsável técnico com a licitante, devendo ser diretor, sócio ou fazer parte do quadro permanente da empresa licitante, na condição de empregado ou contratado, devendo comprovar, obrigatoriamente, sua vinculação com a empresa até a data da apresentação dos documentos de habilitação, através de Carteira de Trabalho, Contrato de Prestação de Serviços ou Ficha de Registro de Empregado, quando este não fizer parte do Contrato Social da firma proponente;

8.5.7 Será permitido o somatório de atestados para que a licitante atinja a capacidade mínima requerida desde que a execução dos contratos tenha se dado em períodos coincidentes.

8.5.8 A empresa deverá apresentar junto à documentação de habilitação as licenças ambientais emitidas pelo órgão ambiental competente (federal, estadual ou municipal) do fabricante e/ou licitante.

8.5.9 Deverão ser apresentadas as licenças ambientais referentes às seguintes atividades:

- Licença ambiental que permite a operação da fabricação do produto químico;
- Licença ambiental que permite a estocagem e distribuição do produto químico;
- Autorização ambiental para o transporte do produto, somente quando este for perigoso.

8.5.10 Quando o produto for transportado entre mais de um Estado, esta autorização deverá ser apresentada pelo órgão ambiental federal, atualmente o Ibama, através da Autorização Ambiental para Transporte de Produtos Perigosos. Na Bahia, a autorização de transporte de produtos perigosos é feita através da Declaração de Transporte de Resíduos/Produtos Perigosos DTRP.

8.5.11 Para as empresas proponentes que desenvolvam parte das atividades indicadas anteriormente, devem ser apresentadas as licenças ambientais referentes a suas atividades e as licenças ambientais referente as atividades das empresas sublocadas para prestação dos demais serviços citados.

8.5.12 Para os licitantes que irão disputar pela melhor proposta referente ao Cloro Gás, deverá apresentar o registro atualizado junto a associação brasileira da indústria de alcalis, cloro e derivados – Abiclor;

8.5.13 Prova de regularização do referido profissional junto ao CRQ, através de Certidão comprovando sua inscrição e situação devidamente ativa;

8.5.14 Deverá apresentar também o alvará de licença e localização definitivo que autoriza a realização de suas atividades de acordo com as normas técnicas estabelecidas.

9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.8.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.9.1 O prazo de validade;

9.9.2 A data da emissão;

9.9.3 Os dados do contrato e do órgão contratante;

9.9.4 O período respectivo de execução do contrato;

9.9.5 O valor a pagar; e

9.9.6 Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.12 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.14 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.15 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação de irregularidade constatada.

9.16 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias corridos contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

9.17 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IGP-M ou IPP* de correção monetária.

9.18 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.19 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.20 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.20.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.21 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, XIV da Lei n. 14.133/2021):

10.1 São obrigações da Contratante:

10.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado.

10.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no serviço prestado, para que seja por ele reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

10.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.

10.6 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à prestação do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência.

10.7 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do objeto;

10.8 Cientificar o órgão de Assessoramento Jurídico da Administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.

10.9 Emitir decisão, explicitamente, sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente serviço, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.10 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

10.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto da presente contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV da Lei n. 14.133/2021):

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal e gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II da Lei n. 14.133/2021).

11.2. Alocar os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Termo de Referência, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.1.3 Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal administrativo do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos.

11.1.5. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei n. 14.133/2021.

11.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao fiscal administrativo do contrato, até o prazo de 10 (dez) dias após a solicitação, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 3) Certidão de Regularidade do FGTS; e
- 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

11.1.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local de prestação dos serviços.

11.1.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos.

11.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação, na contratação direta (art. 92, XVI da Lei n. 14.133/2021).

11.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Autarquia Municipal.

12.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Função Programática: 17.512.011.1071 Elemento de Despesa: 44905200-753

Função Programática: 17.122.013.2011 Elemento de Despesa: 33903000-753

Função Programática: 17.122.013.2011 Elemento de Despesa: 33903900-753



SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO

Largo da Independência, S/N – Centro. Alagoinhas – Bahia

Fone: (75) 3182-6000

Alagoinhas, BA , 03 de julho de 2025.

RAMON DA SILVA CERQUEIRA

Coordenador de Tratamento de Água

VALÉRIA FIGUEIREDO LIMA

Diretora Técnica

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
Largo da Independência, s/n, Centro, Alagoinhas, Bahia – CEP: 48.000.111
Tel.: (75) 3182-6012 – Email: licitacoes.saae@alagoinhas.ba.gov.br

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

FORNECEDOR:						
ENDEREÇO:					BAIRRO:	CEP:
TELEFONE:		FAX:		CONTATO:		
CNPJ:				INSC. ESTADUAL:		
LOTE						
	DESCRIÇÃO	U. M.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	MARCA
		UN				
TOTAL						
TOTAL						

OBSERVAÇÃO: Nos preços ofertados devem ser inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transportes, seguros, impostos, taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar fiel cumprimento deste instrumento.

VALIDADE DA PROPOSTA:	PRAZO DE GARANTIA DOS MATERIAIS OFERTADOS:	CARIMBO DO CNPJ
DECLARO QUE ACEITAMOS E CONCORDAMOS COM TODAS AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES CONTIDAS NO EDITAL DE LICITAÇÃO.		
EDITAL DE PREGÃO 003/2026 – ELETRÔNICO – SISTEMA LICITANET		

ANEXO III

MINUTA DO CONTRATO Nº ____/2026

CONTRATO PARA _____ QUE
ENTRE SI CELEBRAM O SERVIÇO
AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE
ALAGOINHAS E A EMPRESA

O **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ALAGOINHAS/BA**, Autarquia Municipal, instituída mediante Lei Municipal nº 377/65, inscrita no CNPJ sob o nº 13.644.919/0001-60, situada no Largo da Independência, S/N, Centro, Alagoinhas/BA, neste ato representado por seu DIRETOR GERAL, SR. ENG. RENA VAN ANDRADE SOBRINHO, autorizado pelo Decreto de _____, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, situada na _____, aqui denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) _____, portador (a) do RG nº _____ e inscrito (a) no CPF nº _____, com base na PE003/2026, Processo Administrativo 001/2026 e regência da Lei Federal nº 14.133/2021, _____ as quais as partes se sujeitam a cumprir, sob os termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Licitação, destinada a contratação de empresa especializada na locação de _____. Contemplando documentação, emplacamento, IPVA, DPVAT, licenciamento, manutenção (preventiva e corretiva) e gestão de multas decorrentes de infrações de trânsito, bem como a substituição de veículos no caso de pane, defeito e/ou sinistro para atender as demandas de _____ do SAAE de Alagoinhas/BA.

1.2. Vinculado ao PE003/2026 de Processo Administrativo 003/2026 e regência da Lei Federal nº 14.133/2021, como parte integrante deste contrato, como se transcrito aqui estivesse.

Parágrafo Único - A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste contrato, acréscimos ou supressões na prestação dos serviços objeto do presente contrato, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, em conformidade com o disposto no art. 124, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Função Programática	Elemento de Despesa
XXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX XX

CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor total deste contrato é de R\$ _____ (por extenso), conforme planilha abaixo:

GRUPO I					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL					

§1º - Nos preços ofertados na proposta do Contratado já estão inclusos todos os custos e despesas decorrentes de transportes, seguros, impostos, taxas de qualquer natureza e outros quaisquer que, direta ou indiretamente, impliquem ou venham a implicar fiel cumprimento deste instrumento.

§2º - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, após a apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente atestada, não devendo, por isso, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento da fatura.

§3º - Quando houver erro de qualquer natureza, na emissão da Nota Fiscal/Fatura, o documento será devolvido, imediatamente, para substituição e/ou emissão de Nota de Correção e esse intervalo de tempo não será considerado para efeito de qualquer reajuste ou atualização do valor contratual.

CLÁUSULA QUARTA – REAJUSTAMENTO

4.1. O(s) preço(s) poderão ser ajustados em caso de variação dos preços praticados no mercado, em consonância com a Lei 14.133/21.

4.2. A VARIAÇÃO SERÁ APLICADA TANTO PARA AUMENTO, QUANTO PARA REDUÇÃO DOS PREÇOS. 4.3. A Administração poderá, a qualquer momento, solicitar a comprovação da variação de preços para garantir o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, analisando cada caso específico. (Lei nº 14.133/2021, art. 124 a 136)

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1. O prazo de vigência contratual estará adstrito aos créditos orçamentários, contados de suas assinaturas, com pagamentos em até 30 (trinta) dias corridos, como previstos na forma dos artigos 105 a 107 da Lei nº 14.133/2021, quando for conveniente para prestação dos serviços de natureza essencial da autarquia.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Arcar com encargos trabalhistas, fiscais (ICMS e outros), previdenciários, comerciais, tributários, tarifas, fretes, seguros, transporte, materiais, combustível, motorista habilitado, mão-de-obra, peças, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir no período de contratação.

6.2. Cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, e entregar os bens objetos do presente termo nos prazos e condições estabelecidos.

6.3. Indenizar terceiros e a Administração por todos os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo, culpa ou omissão no fornecimento durante a execução do contrato.

6.4. Assumir todas as responsabilidades inerentes a atividade da empresa, inclusive despesas decorrentes de eventuais acidentes, abrangendo danos pessoais, multas e outros que venham a ocorrer no cumprimento deste contrato, ficando o Contratante isento de qualquer responsabilidade ou indenização.

6.5. Responder integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 125 do novo Código de Processo Civil, no caso de, em qualquer hipótese, os empregados da contratada intentarem reclamações trabalhistas contra a contratante.

6.6. Não subcontratar ou transferir, total ou parcialmente, o objeto ora contratado.

6.7. Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.8. Arcar com todas as despesas necessárias à execução do objeto contratado.

6.9. Responder pela qualidade, quantidades, validade, segurança e demais características do material, bem como as observações às normas técnicas.

6.10. Obrigar-se pela seleção, treinamento, Habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como pelo cumprimento das formalidades exigidas pelas Leis Trabalhistas, Sociais e Previdenciárias.

6.11. Providenciar afastamento imediato das dependências da Sede da Contratante de qualquer empregado cuja permanência seja por ela considerada inconveniente.

6.12. Responsabilizar-se por qualquer acidente do qual possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do presente contrato.

6.13. Manter representante ou preposto capacitado e idôneo que a represente, integralmente em todos os seus atos.

6.14. Não prestar declarações ou informações sem prévia autorização por escrito da contratante a respeito do presente contrato e dos serviços ou produtos a ele inerentes.

6.15. Realizar os serviços com seus empregados, devidamente capacitados e registrados segundo as normas da Lei, ou terceiros devidamente contratados e habilitados.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. Proceder ao pagamento das faturas de acordo com os prazos estabelecidos neste Instrumento Contratual;

7.2. Zelar para que durante a vigência de contratação, sejam cumpridas as obrigações assumidas com a contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na prestação.

7.3. Serão considerados para efeitos de pagamento as compras efetivamente realizadas pela contratada e aprovada pelo setor responsável pelo recebimento.

7.4. Efetuar o pagamento da Contratada, após a entrega da nota fiscal relativa ao fornecimento, devidamente atestada pelo Setor de Gestão do contrato.

7.5. Receber o objeto, procedendo a verificação de sua qualidade.

7.6. Informar à Contratada de quaisquer deficiências ocorridas no fornecimento dos objetos.

7.7. Aplicar penalidades à contratada, por descumprimento contratual.

7.8. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações assumidas para a perfeita execução do objeto de contratação.

7.9. Assegurar que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado de forma a garantir que aqueles continuem os mais vantajosos para a administração pública.

CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. O regime de execução do presente contrato é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1. Se a Contratada falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, ficará impedida de licitar e contratar, se for o caso pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

9.2. A recusa injustificada da CONTRATADA em assinar o contrato ou instrumento equivalente caracterizará inexecução total da obrigação, sujeitando-a às penalidades previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021

9.3. Salvo ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, será penalizada a CONTRATADA pelo não cumprimento das obrigações assumidas ou a infringência de preceitos legais pertinentes. A penalidade será aplicada na forma estabelecida no Item 18 do Edital PE003/2026, segundo a gravidade da falta, que é parte integrante deste termo de contratação.

9.4. As situações ensejadoras de penalidades serão previamente analisadas pelo gestor do contrato, que deverá informar detalhadamente o fato ocorrido e o(s) eventual(is) prejuízo(s) sofrido(s) pela Administração, observado o devido contraditório.

9.5. As penalidades previstas possuem caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a CONTRATADA da reparação de eventuais perdas e danos que seu ato punível venha acarretar ao SAAE de Alagoinhas/BA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. A inexecução, total ou parcial, do CONTRATO ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei nº 14.133/21 (Artigos 155 a 163).

10.2. O CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o Contrato nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/21.

10.3. Nas hipóteses de rescisão com base nos incisos I a XII e XVII do art. 137 da Lei nº 14.133/21, não cabe ao Contratado direito a qualquer indenização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO

11.1. As partes elegem o Foro da Cidade de Alagoinhas/BA, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato. E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma depois de lido e achado conforme.

Alagoinhas/BA, ____ de _____ de 2026.

Eng. Renavan Andrade Sobrinho
Diretor Geral do SAAE

EMPRESA
CNPJ: ____/0001-__

1ª Testemunha

2ª Testemunha

ANEXO IV – MODELO

DECLARAÇÃO DANDO CIÊNCIA
DE QUE CUMPRE PLENAMENTE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Declaramos em atendimento ao previsto no **ITEM 12.1.1** do EDITAL DE **PREGÃO 003/2026 – ELETRÔNICO – SISTEMA LICITANET**, PROCESSO ADM. 003/2026, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos para participação no presente certame.

DATA:.....//

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE
ASSINATURA E NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE OU
PROCURADOR COM PODERES ESPECÍFICOS

NOTA: Encaminha anexado aos demais documentos no SISTEMA LICITANET em formato A4 (PDF).

ANEXO V
CREDENCIAL

Credencio o Senhor(a), (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº, expedido pela, devidamente, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº, residente à rua, nº como meu mandatário, para representar esta empresa, podendo formular lances verbais, oferta de descontos e praticar todos os atos necessários relativos ao procedimento licitatório, concernente ao Edital de **PREGÃO 003/2026 – ELETRÔNICO – SISTEMA LICITANET E PROCESSO ADM. 003/2026.**

Alagoinhas/BA, de de 2026.

(nome da empresa e assinatura do representante legal)

NOTA: Encaminha anexado aos demais documentos no SISTEMA LICITANET em formato A4 (PDF). Colocar telefone de contato.

ANEXO VI

MODELO – ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

[Texto elaborado pela empresa contratante com informações pertinentes ao serviço prestado semelhante ao do objeto da licitação atestando a capacidade técnica da licitante]

Número do Contrato: []

Natureza dos Serviços: []

Vigência: []

DATA:.....//

RAZÃO SOCIAL DO CONTRATANTE
ASSINATURA E NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL DO CONTRANTE

NOTA: Encaminha anexado aos demais documentos no SISTEMA LICITANET em formato A4 (PDF).

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA AO
ART. 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Declaro, para fins de habilitação ao **EDITAL DE PREGÃO 003/2026 – ELETRÔNICO – SISTEMA LICITANET E PROCESSO ADM. 003/2026** nos termos Lei 14.133/21, que este estabelecimento executa suas atividades empresariais em estrita obediência ao princípio constitucional do art. 7º, XXXIII, observando a “proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”. Declaro ainda, estar plenamente ciente de que qualquer transgressão a esta regra acarretará a imediata inabilitação ou desclassificação do certame, conforme o caso, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato administrativo respectivo.

DATA://

RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE:

.....